

Senado adverte: quer saber tudo da negociação.

Os membros da Comissão da Dívida Externa do Senado, reunidos ontem durante uma hora com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, advertiram que é preciso que haja um debate antecipado das condições de negociação da dívida para que os parlamentares prestem solidariedade ao governo.

Mailson da Nóbrega não apresentou ao Senado qualquer fato concreto sobre a negociação que, segundo afirmou, ainda não começou. Diante da ausência de temas para debate, os senadores propuseram que, assim que esteja concluída a auditoria interna determinada pelo Ministério da Fazenda para a verificação da realidade das contas do orçamento da União, seja feita uma nova reunião que, como propôs Jamil (PSB-RJ), deve ser aberta, e não mais secreta; "para levar às claras a posição do Legislativo frente à negociação".

Para o ministro da Fazenda, no entanto, existem, alguns dados aos quais não pode ser dada publicidade para não prejudicar as negociações. "Cabe ao ministro decidir se discute antes com os parlamentares ou se nos deixa liberdade de análise crítica do processo", disse o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). Em geral, os parlamentares reagiram mal ao argumento da necessidade de sigilo apresentado pelo ministro: "O Congresso tem que estar atento, pois a negociação externa brasileira não pode ser um ato isolado do governo", disse o senador Itamar Franco (sem partido).

A maior preocupação dos membros da Comissão da Dívida Externa é com a possibilidade, afirmada pelo ministro, de o Brasil fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Chiarelli contou que Mailson da Nóbrega afirmou, na reunião, que o FMI de hoje não é mesmo de 1983, e que agora está preocupado em estimular o crescimento dos países devedores para possibilitar o pagamento adequado da dívida. "O ministro pode achar que as condições são outras, mas continuamos achando que a ida ao FMI é funesta, exige contenção de salários e recessão para o crescimento das exportações", disse Jamil Haddad. "Não sei se é ingenuidade acreditar que o controle passe a agente de desenvolvimento dos países devedores", acrescentou Chiarelli.

De qualquer forma, o ministro reafirmou sua disposição de não vincular o acordo com o FMI à negociação com os bancos credores. "Ele hesitou em afirmar que o acordo com o FMI será posterior", contou Fernando Henrique (PMDB-SP). A análise final é de que, como afirmou Chiarelli, "a estratégia de que não podemos pagar os juros". Segundo o ministro, não estamos mais em moratória, mas pagaremos os juros conforme as nossas disponibilidades. Um novo encontro, "com números adequados e critérios definidos", deverá ser marcado por Chiarelli em fevereiro.